

A arqueologia e os museus locais/regionais

António Nabais*

Resumo

Em Portugal, os museus com colecções de arqueologia começam-se a organizar desde a segunda metade do século XIX, verificando-se que, numa primeira fase, os objectos arqueológicos eram incorporados nos museus ou instituições situadas nos principais centros urbanos: em Lisboa e nas capitais de Distrito com a criação de museus regionais. Desta forma assistiu-se ao fenómeno centralizador do património.

Quase todos os museus portugueses, quer nacionais quer municipais, incorporaram objectos arqueológicos nas suas colecções, embora nem sempre fossem expostos com rigor museográfico.

O objecto arqueológico constitui um valioso instrumento cultural para a organização de museus regionais ou locais que sejam a síntese das memórias colectivas e particulares das diferentes regiões do país, porque um dos resultados da descentralização do património arqueológico será, sem dúvida, exprimir com maior intensidade a diversidade e originalidade das culturas que definem a identidade de cada região ou micro-região.

O funcionamento de uma rede nacional de museus será uma solução eficaz, não só para dar uma nova imagem aos museus portugueses como também para rentabilizar os recursos materiais e humanos e, ao mesmo tempo, para promover a descentralização das colecções de arqueologia com a (re)organização de museus locais e museus de sítio.

Abstract

The museums with archeological collections have been organised since the 2nd half of the 19th century. On a first stage the archeological objects were incorporated in the museums or institutions situated in the main urban centres: in Lisbon and district capitals, there were regional museums. Thus patrimony was centralised.

* Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso. 2450 Nazaré.

Almost every Portuguese museums, whether national or municipal has archaeological objects in its collections, though they have not always been exhibited with museographic rigour.

The archaeological object is the organisation of regional or local museums, which can synthesise the collective and particular memories from the different regions of the country, because one of the results of decentralising the archaeological patrimony will be, undoubtedly, to express more intensely the diversity and originality of the cultures defining the identity of any region or micro-region.

Having a national net of museums can be an efficient solution, not only because it shows a new image of Portuguese museums, but because it also optimises material and human resources. At the same time it may promote the decentralisation of archaeological collections with the reorganisation of local and site museums.

1. Em Portugal, o objecto arqueológico mereceu um tratamento museológico em todos os momentos da história da museologia. Na fase da pré-museologia, na época dos gabinetes de curiosidades, tesouros e galerias de príncipes, nobres e burgueses particulares, já se constituíram várias colecções particulares de arqueologia que se mantiveram até ao século XVIII. Assim, no século XVI, André de Resende junta à Numismática a Arqueologia no seu museu de Évora e, no séc. XVII, Gaspar Estação e D. Rodrigo da Cunha reuniram colecções de moedas, e Severim de Faria, na mesma época, para além de um tesouro de moedas romanas e portuguesas “conservou grande número de vasos e outras relíquias da grandeza Romana de que formou um Museu digno de um Príncipe”. No reinado de D. João V, o património arqueológico é, pela primeira vez, legalmente protegido através do alvará de 20 de Agosto, tendo o monarca encarregado a Academia Real da História “de examinar os monumentos antigos que havia e se podiam descobrir no reino dos tempos em que nele dominaram os Phenices, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Arábios [...] achava-se que muitos edificios, estatuas, marmores, cippos, laminas, chapas, medalhas, moedas, e outros artefactos, por incuria e ignorancia do vulgo se tinham consumido, perdendo-se por este modo um meio mais próprio e adequado para verificar muitas noticias da veneravel antiguidade assim Sagrada como Politica [...]. Organizaram-se ainda as colecções da Academia das Ciências e da Universidade de Coimbra e dos particulares: D. António Caetano de Sousa, Marquês de Angeja, Ribeiro dos Santos, Marquês de Abrantes, D. Tomás Caetano de Bem, P.e Mayne. Na proto-história da museologia, situam-se as colecções públicas que se organizam no final do século XVIII e se expandem no séc. XIX. Nesta fase da história da museologia arqueológica, Frei Manuel do Cenáculo desempenhou um papel notável ao recolher e ao organizar variadíssimos materiais arqueológicos. A obra de pesquisa e de recolha do bispo de Beja deu origem ao Museu Sisenando Cenáculo Pacense que reuniu muitos e variados objectos, nomeadamente, fragmentos de escultura e arquitectura, elementos de epigrafia, moedas e medalhas.

A museologia arqueológica, na segunda metade do século XIX, conhece experiências que marcam uma fase importante da história da museologia portuguesa. Até 1893, data da criação do Museu Nacional de Arqueologia de J. Leite

de Vasconcelos, recebendo, então a designação de Museu Etnológico Português, foram constituídos os seguintes museus e colecções: Paço da Ajuda: moedas e objectos arqueológicos; Academia das Ciências: arqueologia, moedas e antiguidades; Comissão Geológica: pré-história e antropologia; Museu Arqueológico da Associação dos Arqueólogos Portugueses - ou Museu do Carmo: arqueologia pré-romana, romana, portuguesa e moedas (1864?); Casa da Moeda: numismática. Em Coimbra: Museu da Universidade: numismática; Museu do Instituto: arqueologia; Museu do Bispo: arqueologia religiosa. No Porto: o Museu Municipal. Em Guimarães: o Museu da Sociedade de Martins Sarmento. Em Viana do Castelo: Objectos antigos no Liceu Nacional. Em Santarém: o Museu Arqueológico ou Municipal (16.2.1876). Em Évora: Museu do Cenáculo. Em Elvas: Museu Municipal (1880). Em Beja: Museu Arqueológico Municipal de Beja (29.12.1892). Na Figueira da Foz: Museu Municipal (6.5.1894).

Desde a segunda metade do século XIX, os museus e as exposições (espaços museológicos que não se constituíram em museu) com colecções de arqueologia, multiplicaram-se por quase todo o país. No entanto, foi dominando, durante muitos anos, a preocupação de centralizar o património nos grandes centros urbanos e universitários - Lisboa, Coimbra, Porto e capitais de distrito - levando a que, em muitos casos, o produto de escavações ou dos achados arqueológicos se dispersassem, saindo do seu contexto histórico e ambiental. Se, por um lado, esta medida constituiu uma forma de salvaguardar os bens arqueológicos, porque não existiam estruturas museológicas suficientes e devidamente equipadas para a incorporação destes bens patrimoniais, por outro, enfraqueceu o entendimento da história local e/ou regional.

Os museus regionais, criados durante o 1.º quartel deste século nas sedes de distrito, reuniram parte desses bens, juntamente com as colecções de arte, mas nunca construíram um discurso museológico coerente que definisse de facto a identidade e originalidade de cada região ou micro-região.

Na verdade, poucos foram os museus portugueses, quer nacionais quer municipais e até particulares, que não integraram objectos arqueológicos nos seus acervos, incorporando-os, muitas vezes sem critério, dando origem a uma mistura ilógica das colecções apresentadas. Estes museus caracterizaram-se pelas grandes somas de objectos expostos, nalguns casos repetidos, dentro de vitrines, sem tabelas ou outra documentação auxiliar (desenhos, fotografias, etc.) que ajudasse a compreender o(s) objecto(s) de forma integrada num contexto histórico e funcional. Estas instituições museológicas organizadas deste modo tinham grande dificuldade em comunicar com os diferentes públicos, devido às más condições de apresentação e a uma museografia pouco actualizada.

2. De facto, em Portugal existe um vasto e valioso património arqueológico - imóvel e móvel - que, na maior parte dos casos, ainda não mereceu o devido tratamento no que respeita à sua musealização, quer dos sítios arqueológicos quer dos objectos recolhidos nas escavações (existem algumas excepções de elevada qualidade museográfica, nomeadamente o Museu Monográfico de Conimbriga, o Museu de Mértola e o Museu de Silves).

Verifica-se, no entanto, que, ultimamente, os achados arqueológicos se têm multiplicado cada vez mais, visto que, anualmente, se recolhem grandes somas de objectos das escavações. Acontece, porém, que nem sempre os trabalhos de

investigação e restauro das espécies, essenciais para a musealização, acompanham o ritmo das escavações.

A arqueologia como ciência e não a simples acção de tirar objectos da terra ou do fundo do mar é completada pela museologia que conserva e apresenta o objecto arqueológico como testemunho da sociedade que o produziu e o utilizou. É necessário que se deixe de considerar a arqueologia como uma disciplina voltada para si, fechada e dirigida para os especialistas, mas antes como um sistema de aquisição de dados que servem para escrever a história.

O objecto arqueológico constitui um valioso instrumento cultural para a organização de museus que sejam a síntese das memórias colectivas e particulares das diferentes regiões do país, porque um dos resultados da descentralização do património arqueológico será, sem dúvida, exprimir com maior intensidade a diversidade e originalidade das culturas que definem a identidade de cada região ou micro-região.

Neste contexto, à arqueologia cabe um papel de primeiro plano, uma vez que representa para o grande público a referência ao passado histórico, podendo oferecer uma informação valiosa desde que apresentada, científica e didacticamente, de forma a servir os diferentes públicos. Para isso a museologia (arqueológica) terá de mudar o seu discurso expositivo, tornando-o mais acessível e mais atraente, como nos exemplos acima citados, obedecendo a um eixo estrutural rigorosamente elaborado por equipas pluridisciplinares.

A solução não está em expor tudo. Como resolver o problema da abundância de objectos arqueológicos que, anualmente, se vão acumulando em caixotes? Apresentam-se duas soluções museológicas: a **exposição** e a **reserva técnica e visitável – galeria de estudo**. Deste modo, evitam-se situações de adiamento de apresentação das colecções e o acesso aos acervos arqueológicos, quer para divulgação quer para estudo.

Por outro lado, deverá ser valorizado e rentabilizado o património arqueológico, criando um turismo arqueológico através, quer da organização e reorganização de museus atraentes e didácticos que cativem os públicos, quer da criação de itinerários arqueológicos, temáticos ou gerais.

Urge, de facto, fazer mudanças no campo do património arqueológico, nomeadamente no tratamento dos sítios arqueológicos que, depois da realização dos trabalhos de escavação, ficam ao abandono, em muitos dos casos transformados em lixeiras.

Os sítios arqueológicos poderão ser pólos de atracção e de desenvolvimento local, desde que sejam feitas intervenções museológicas nas áreas da conservação e limpeza, protecção e comunicação com sinalética adequada. São intervenções que não envolvem grandes custos, mas que poderão trazer grandes resultados para o desenvolvimento local e regional.

3. O património arqueológico pode-nos levar à organização de várias categorias de museus e de acções museológicas:

a - *Museus nacionais e regionais de arqueologia* que apresentam colecções arqueológicas de todo ou parte do território português, conforme o seu âmbito: nacional ou regional. Estes museus desempenham um papel de síntese e de referência perante os museus de âmbito local ou regional com colecções mistas.

- b - *Museus municipais ou locais e os museus regionais*, com a incorporação de colecções mistas, apresentando um panorama geral da arqueologia regional ou local e de todos os objectos culturais que caracterizam a área de influência do museu.
- c - *Museus especializados*, nomeadamente de cerâmica, vidro e de metalurgia, que, recorrendo à arqueologia, possam ilustrar a tecnologia de fabrico das colecções expostas. Sente-se, hoje, a necessidade de criar museus especializados numa perspectiva arqueoetnográfica e antropológica de modo a aproveitar a tecnologia do fabrico e os diferentes tipos de uso das colecções que se foram organizando. Este tipo de museus favorece o ordenamento do património museológico e, ao mesmo tempo, a criação de uma identidade para as instituições museológicas.
- d - *Museus ou colecções escolares* que as universidades organizaram através dos trabalhos arqueológicos para fins de estudo e publicação.
- e - *Museus de sítio e/ou monográficos*, musealizando o sítio e as colecções desse mesmo sítio arqueológico.
- f - *Sítios arqueológicos*.

Museu de sítio e musealização de sítios. É necessário estabelecer a distinção entre um museu de sítio e a musealização de sítios históricos. Na primeira situação, o museu, funcionando como instituição que recolhe, conserva, estuda e divulga, tem como objecto principal o sítio e os seus bens móveis (ex. Museu Monográfico de Conimbriga); enquanto que na musealização de sítios, embora sem constituir um museu, aplicam-se as regras museológicas (gramática museológica), nomeadamente no restauro e na comunicação, privilegiando, no entanto, a conservação “in situ” (ex. Forno de Cerâmica Romano, na Quinta do Rouxinol - Núcleo do Ecomuseu Municipal do Seixal). A musealização dos sítios arqueológicos, que se torna imperiosa, viria, por um lado, valorizar e promover um recurso patrimonial bastante rico e variado existente em todo o território nacional, por outro, envolvia as comunidades locais na salvaguarda dos seus valores, ao mesmo tempo que reforçava a identidade e individualidade de cada micro-região ou sub-região.

4. Estamos certos que o funcionamento de uma rede nacional de museus seria uma solução eficaz não só para dar uma nova imagem aos museus portugueses como também para rentabilizar os recursos materiais e humanos. Urge pôr em prática essa rede, porque a criação de novas unidades museais não pára. Parece-me que um dos caminhos mais fáceis seria começar pelos museus com colecções de arqueologia (há uns anos atrás o IPM deu os primeiros passos por esta via que não teve continuidade), até porque a maioria dos museus portugueses têm objectos arqueológicos.

A partir de um Plano Museológico Nacional em Arqueologia, que poderia seguir o organograma que se junta, as colecções de arqueologia seriam valorizadas e a museologia portuguesa teria outra dimensão.

Com esta solução muitos dos museus deixariam de ter uma apresentação confusa, repetitiva e enfadonha das colecções de arqueologia (*espécie de bric-a-brac*). Seriam criados museus ou unidades museológicas de síntese - museus de

região, museus locais, museus de sítio, museus monográficos, núcleos ou pólos museológicos. Os museus de síntese, conforme foram definidos por Georges Henri Rivière, devem ser concebidos num quadro de uma organização em rede, criando em cada capital de distrito um museu de síntese ou de identidades que tem como missão propor uma síntese da história de cada região, desde as origens até aos nossos dias e, distribuídos pelo território regional ou distrital, (re)organizando-se os museus locais (municipais), museus monográficos, núcleos ou pólos museológicos nos territórios municipais ou nas micro-regiões. Estes museus de síntese têm por missão explicar como progressivamente se moldou o território de um município ou de uma região; não são a sucessão de uma sala de arqueologia, uma sala de pintura ou escultura, uma sala de numismática, uma sala de epigrafia ou uma sala de etnografia. São, antes de mais, a integração rigorosa dos diferentes elementos museológicos que cada uma destas disciplinas pode trazer a partir de um fio condutor. Foi este figurino museológico que, em 1985, se desenhou para o Museu da Guarda, então em reestruturação, mas por razões políticas (inaugurar qualquer coisa, antes do fim de um mandato) o projecto morreu com uma inauguração prematura.

5. Continuo a acreditar que a galinha dos ovos de ouro da museologia portuguesa se encontra nas colecções de arqueologia (considera-se aqui também a arqueologia naval, a industrial, a rural) e de etnografia.



